

JESUS DE NAZARÉ E A PALESTINA DO SEU TEMPO: UMA ANÁLISE DO JESUS HISTÓRICO EM RELAÇÃO À OPRESSÃO ECONÔMICA, SOCIAL E POLÍTICA

Paulo Roberto da Silva Bastos*

RESUMO

Sem pretender questionar a existência ou não de Jesus, mas partindo da primeira hipótese, este artigo pretende investigar como Jesus se comportou na sociedade de seu tempo, abordar a sua atitude política e social e utilizar-se da corrente historiográfica da Escola dos Annales. Segundo a revolução dos Annales, a interdisciplinaridade passou a ser explorada e outras fontes de estudo passaram a ser consideradas históricas. Geografia, Arqueologia, Antropologia, Sociologia, Economia, História, entre outras, poderiam juntas alcançar resultados científicos de grande fecundidade para suas respectivas áreas. Quando se desliga Jesus Cristo do seu contexto social, produz-se um mito. Se estudado dentro deste contexto histórico de aguda opressão e profunda crise de valores, cria-se um líder social, um libertador. Jesus, revolucionário social e político, um homem que dedicou sua vida a pregar uma revolução social na Palestina, dirigindo-se aos pobres camponeses e outros oprimidos de seu tempo, subjugados pelo domínio do Império Romano e seus associados locais da elite judaica, chamando-os para uma revolução que só teria sucesso se partisse da conscientização da situação de opressão em que viviam.

Palavras-chave: Jesus. Revolução. Social.

ABSTRACT

Without wishing to question the existence of Jesus, but from the first hypothesis, this article aims to investigate how Jesus has behaved in the society of his time, addressing its political attitude and social, are using the current historiography of the School of Annales. According to the revolution of Annales, the interdisciplinary started to be explored and other sources of study will be considered historical sources. Geography, archeology, anthropology, sociology, economics, history, among others, could together achieve scientific results of high fertility in their respective areas. When Jesus Christ

*Graduando em História no Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora

off of its social context, there is a myth. If studied within this historical context of acute oppression and deep crisis of values, there is a social leader, a liberator. Jesus, social and political revolutionary, a man who dedicated his life to preaching a social revolution in Palestine, was driving to the poor peasants and other oppressed of their time, subjugated the area of the Roman Empire and its associated sites of the Jewish elite, drawing - those for a revolution that would succeed only if the awareness of the situation of oppression they had left.

Keywords: Jesus. Revolution. Social.

1 INTRODUÇÃO

A figura de Jesus Cristo é uma das mais intrigantes, questionadas e controvertidas de todos os tempos. Sem dúvida alguma, a maior parte dos registros sobre Jesus Cristo está na Bíblia Sagrada, mas há menções feitas por historiadores e estudiosos judeus e não-judeus.

Há quem insista que Jesus se restringiu a comunicar uma mensagem religiosa sem cunho político ou ideológico. Se compreendido dentro do contexto político, econômico e social do imperialismo romano de sua época, sua pregação assumiria a expectativa da libertação política e social.

Jesus de Nazaré, revolucionário social e político, foi um homem que dedicou sua vida a pregar uma revolução social na Palestina, dirigindo-se aos pobres camponeses e a outros oprimidos de seu tempo (CROSSAN, 1995), subjugados pelo domínio do Império Romano e de seus associados locais da elite judaica, chamando-os para uma revolução que só teria sucesso se partisse da conscientização da situação de opressão em que viviam.

Ao longo deste artigo serão abordados temas sobre a cultura, a política, a sociedade e a economia da Palestina do século I no intuito de se poder decifrar Jesus, o homem judeu de Nazaré, o Jesus Histórico que emerge da interação do indivíduo e contexto.

2 A PALESTINA NO TEMPO DE JESUS

O termo *Palestina*, em poucas palavras, significa terra dos filisteus (FERREIRA; CELESTE, 2006. p 1). Há, contudo, segundo Daniel Rops (1963), controvérsias sobre a utilização desse termo para designar tal região. Segundo o pensador, o termo designava um povo vencido do qual as terras haviam sido conquistadas. Assim o

real nome que os israelitas usavam para indicar a palestina, na linguagem nobre, idioma religioso e histórico, era: *País de Canaã*. Esse termo servia para designar a terra prometida por Javé e conquistada a expensas de guerras. Portanto, o termo *Palestina* significa, do ponto de vista religioso, para o povo da época, o País de Canaã, a terra prometida por Javé. Do ponto de vista etimológico, Terra dos filisteus.

De acordo com Andréia Cristina L. Frazão da Silva (2006), a Palestina no tempo de Jesus possuía uma extensão de terra mediana, era uma estreita área situada entre a África e a Ásia, funcionando como uma espécie de ponte entre essas regiões. Suas coordenadas geográficas estão nos paralelos de 31 e 33 ao norte e nos meridianos 32 e 34 ao leste. Com um território menor que o estado do Espírito Santo, possuía uma superfície de cerca de 34.000 Km² e cerca de 650 mil habitantes. Encontrava-se dividida em áreas menores: Judéia, Samaria e Galiléia, à oeste; Ituréia, ao norte; Gualanítade, Batanéia, Traconítide, Auranítide, Decápole e Peréia, à leste; e Iduméia ao sul.

Todo esse território era margeado pelo Mar Mediterrâneo, no extremo oeste. Ao Leste estava o Rio Jordão que desemboca no Mar Morto, ao sul. Entrecortando toda região havia uma cadeia de montanhas e montes com 600 mts de altura, sendo que os mais altos estavam situados na Galiléia e no Hermon (SILVA, 2006, não paginado).

Em 63 a.C., através do general Pompeu, Roma chega ao Oriente Médio. A política expansionista romana teve inicialmente como objetivos básicos a defesa frente a povos vizinhos rivais e a obtenção de mais terras necessárias à agricultura e ao pastoreio, mas logo se revelou uma fonte valiosa de riquezas em metais preciosos e em escravos (MOTA; BRAICK, 1997. p.50). Como resultado, em cinco séculos de guerras, a dominação romana se estendeu a grande parte da Europa, da Ásia e da África.

Assim a Palestina passa a fazer parte do Império Romano. Herodes, o Grande (37- 4 a.C.) obtém de Roma o título de *Idumeu*, rei da Judéia. É no seu reinado, por volta do ano 7 ou 6 a.C., alguns anos antes da morte do Rei Herodes, o Grande (4 a.C.) e durante o governo do imperador romano Augusto, que ocorre nascimento de Jesus de Nazaré (MEIER, 1992). Durante a vida de Jesus, a Palestina foi governada, principalmente, pela Dinastia Herodiana.

Devido a sua posição geográfica estratégica, a Palestina era região de passagem. Por ela circulavam soldados, comerciantes, mensageiros, diplomatas, (FERREIRA; CELESTE, 2006). Essa região possuía importantes centros urbanos, como Cesaréia e Jerusalém, que concentravam indivíduos e atividades econômicas. Como em outras áreas do Império, existiam vias e portos, que facilitavam as comunicações e transporte de mercadorias e pessoas.

O pesquisador Leonardo Boff (1972) mostra que a economia da palestina subsistia, basicamente, da agricultura e da atividade pesqueira. Banhada pelo Mediterrâneo, cortada por rios e possuindo lagos, não é difícil constatar a variedade de peixes e seu papel para o abastecimento interno e até exportação. Quanto à pecuária, a região possuía rebanhos de ovelhas, cordeiros e bois.

Existia nas pequenas cidades um comércio local (feiras), onde se fazia troca de produto (escambo). A economia monetária, ou seja, a circulação de dinheiro, era muito reduzida. Contudo, havia grandes mercados, como o de Jerusalém, com o controle de grandes comerciantes. Eram mercados atacadistas que faziam importações como o mercado do templo. (BOFF, 1982).

O comércio, tanto interno quanto externo, também era praticado. O comércio interno, pouco conhecido, consistia nas trocas locais e, sobretudo, visava ao abastecimento das grandes cidades. Quanto ao externo, importavam-se produtos de luxo, consumidos pelas elites e pelo Templo. Por outro lado, exportavam-se alimentos – frutas, óleo, vinho, peixes – e manufaturas, como perfumes, além do betume (SILVA, 2006).

A produção baseava-se no trabalho escravo. Os escravos não eram considerados pessoas, mas coisas de que seu dono podia dispor conforme lhe conviesse, comprando-os e vendendo-os (LOHSE; 2000). Havia escravos por toda parte. Dois terços da população de Corinto era formada por escravos, cerca de 400 mil pessoas. Por não conseguir pagar uma dívida, alguém poderia tornar-se escravo. Ademais, a corte romana obrigava a população a pagar impostos. O sistema de impostos era o canal principal pelo qual o povo era explorado por colonizadores romanos (BOFF, 1982).

A situação era aflitiva para a maioria da população, pois, para sustentar seus projetos arquitetônicos, a vida de luxo da corte e os presentes à família imperial, Herodes impôs aos súditos uma carga pesada de impostos que eles só cumpriam com enorme dificuldade. Apesar da presença ameaçadora de suas fortalezas e do aparato de sua cruel polícia secreta, a oposição popular a seu governo fervilhava e quase vinha à tona (HORSLEY; SILBERMAN, 2000).

Roma, na época, um império muito extenso e muito preocupado com seus próprios problemas, não estava em condições de ali instalar o aparelho administrativo necessário para um governo direto. O regime era brutal e autocrático. Ao assumir o controle direto da Judéia, mais de dois mil rebeldes foram crucificados. O templo foi saqueado e destruído. Impostos pesados foram criados (MEIER, 1992).

A maior parte das fontes históricas (materiais ou literárias) indicam que as relações político-econômicas na Palestina faziam parte do que se chamou de relações redistributivas ou tributárias. Os impostos eram cobrados tanto por romanos quanto por judeus. Os impostos romanos dividiam-se em diretos, cobrados dos produtos da

terra (entre 20 a 25%), os de capitalização ou pessoal, que era o denário, e indiretos, que compreendiam os direitos de alfândega, de barreira (na entrada das cidades) e pedágio (pontes, atravessadouros de rios e encruzilhadas). Esses últimos eram arrendados, por isso muito altos. Os impostos judaicos eram os do templo, destinados à manutenção do santuário e dos sacerdotes; o primeiro dízimo, a décima parte do primeiro produto da terra (ou primícias) e da agropecuária; o segundo dízimo, que deveria ser gasto em festa e beneficência, a ser pago no primeiro, segundo, quarto, quinto anos numa série de sete anos e cobrado do produto da terra e do gado; o terceiro dízimo ou dízimo dos pobres, a ser pago no terceiro e sexto anos, destinado aos órfãos, viúvas e prosélitos; as rendas do quarto ano, que prescrevia que o produtor, ao colher o produto da terra nos três primeiros anos, gastaria o resultado dessa primeira colheita em Jerusalém.

O aparelho de Estado em Jerusalém exercia forte controle sobre a economia de todo o país. A ordem fiscal, a pública, o direito e a justiça constituíam os três setores básicos em que o poder era exercido. Os judeus suportavam muito mal as pesadas imposições romanas. Os romanos garantiam a segurança do transporte do imposto judaico do Templo. A ordem pública era assegurada, internamente, pelos romanos (AZEVEDO, 2001, p. 50).

A sociedade palestina podia ser dividida, naquele período, em quatro grandes grupos: os ricos, grandes proprietários, comerciantes ou elementos provenientes do alto clero; os grupos médios, sacerdotes, pequenos e médios proprietários rurais ou comerciantes; os pobres, trabalhadores em geral, seja no campo ou nas cidades; e os miseráveis, mendigos, escravos ou excluídos sociais, como ladrões (SILVA, 2006). Contudo, as diferenças sociais na palestina não se pautavam somente na riqueza ou pobreza do indivíduo, mas em diversos outros critérios, como sexo, função religiosa, conhecimento, pureza étnica, entre outros. Em meados do século I, calcula-se entre 50 e 80 milhões os habitantes do Império Romano, dos quais cerca de 90% viviam no campo (ROCHA, 2004, p. 245).

A sociedade era piramidal. A classe alta era composta por funcionários, por detentores do Estado: Sumo Sacerdote, Sinédrio e Estado romano, o rei Herodes, o governador Poncios Pilatos e a Corte. Esse era o primeiro pólo da classe rica. O segundo estrato da classe rica era constituído pelos proprietários de terra, pelos latifundiários. No próprio Evangelho muitas vezes aparece a referência aos anciãos - famílias tradicionais, donas de terras. Por fim, havia os grandes comerciantes do mercado importador-exportador, do mercado atacadista, sobretudo de Jerusalém. (BOFF, 1982).

Depois da classe rica, vinham os remediados. Eram os artesãos qualificados dos grandes centros urbanos. Jerusalém deveria ter de 35 a 40 mil habitantes. Nazaré,

de 20 a 30 famílias. Toda a Palestina, a sociedade em que Jesus viveu, deveria ter de 600 a 800 mil habitantes (MEIER, 1992).

Por fim, a classe baixa, formada pelo povo. Eram artesãos do interior, diaristas, arrendatários rurais, escravos, criados, e também existia toda a sorte de marginalizados: leprosos (os últimos dos últimos), doentes, mendigos, órfãos, viúvas, estropiados, loucos, possesores. Chamavam de possesoras as pessoas que, por causa de sua condição social, ficavam loucas. Isso mostra o nível a que estava reduzido o povo, o grau de deterioração das condições de vida (BOFF, 1982).

Jesus certamente pertencia à classe pobre, precisava trabalhar duro para seu sustento. Um carpinteiro, marceneiro em Nazaré, ocuparia algum lugar de nível inferior do grupo médio, um lugar equivalente a um operário da classe média baixa (MEIER, 1992).

3 JESUS E AS TENSÕES SOCIAIS DO SEU MEIO

A situação social na Galiléia ficou explosiva a partir do governo de Herodes Antipas. As provas extraídas da literatura rabínica e de documentos legais do período indicam que o endividamento rural aumentou de forma significativa em todo o período herodiano, com lavradores desesperados pedindo empréstimos aos funcionários da administração herodiana e à aristocracia sacerdotal (hipotecas sobre as terras). Em muitos casos, essa ação legal transformava aldeões outrora livres, que cultivavam a terra dos antepassados, em meeiros permanentemente empobrecidos, que ganhavam a vida com dificuldade em vastas propriedades aristocráticas (as quais aumentavam rapidamente) (HORSLEY, 2000).

As agitações camponesas do século I oscilavam entre os líderes messiânicos – que recorriam à violência, mas por trás dela se escondia uma causa divina – e os bandidos – que operaram apenas no âmbito humano. O banditismo social foi um dos fenômenos de maior ocorrência na história, além de ser um dos mais uniformes. Ele apareceu nas sociedades agrárias, onde existia uma enorme quantidade de camponeses e trabalhadores sem terra governados, oprimidos e explorados por representantes de outra classe social: senhores de terra, cidades, governos, juristas ou até mesmo bancos. (HOBSBAWM, 1976).

Em sociedades agrárias, sob certas condições de crise econômica severa, causadas por fatores como fome, altos impostos ou anexação de terras, o banditismo pode atingir proporções epidêmicas. Ele pode surgir também quando se provocam rupturas em uma sociedade tradicional pela imposição de uma nova política ou sistema econômico.

Jesus nasceu nesse contexto de revolta contra Roma. Sua pregação incluiu a resistência ao Império Romano. Por isso, segundo Richard A. Horsley (2004), Jesus só pode ser compreendido dentro do contexto do imperialismo romano de sua época. Em sua vida e em sua missão, influenciou e também se deixou influenciar pela cultura do seu tempo. Ele era judeu e marcado pela vida, costumes e modo de ser dos judeus, ainda que com sua missão vá transcender a história de sua gente, dando à sua doutrina um caráter de universalidade e transcendendo até mesmo aos critérios de tempo e de lugar.

Durante o governo de Antipas cresceu o latifúndio em prejuízo das pequenas propriedades comunitárias que eram a característica do sistema tradicional dos judeus. A produção agrícola da Galiléia começou a orientar-se não mais a partir das necessidades das famílias como antes, mas sim, a partir das exigências do mercado. A arqueologia provou a existência de grandes propriedades que visavam a um maior excedente de produção para poder exportar. Os muitos impostos faziam diminuir a rentabilidade das pequenas propriedades. (MESTERS, 2005. p. 5).

Quando Jesus Cristo iniciou sua pregação foi visto como mais um dentre os diversos grupos que já possuíam interpretações próprias da lei. Contudo, a mensagem de Cristo mostrou-se revolucionária. (HORSLEY, 2000). De acordo com Betto (2006) em seu artigo "Democracia e poder", Jesus imprimiu outra ótica ao poder. Para ele, não se tratava de uma função de mando, e sim de serviço:

Os reis das nações as dominam e os que as tiranizam são chamados Benfeitores. Quanto a vós, não deverá ser assim; pelo contrário, o maior dentre vós torne-se como o mais jovem, e o que governa como aquele que serve. [...] Eu, porém, estou no meio de vós como aquele que serve! [...] (BÍBLIA, Lc, 22, 24-27)

4 A REVOLUÇÃO SOCIAL DE JESUS NA PALESTINA DO SÉCULO I

É nesse contexto sóciopolítico e religioso que Jesus tentará implantar sua doutrina, pelos caminhos oferecidos pela liderança carismática e da desobediência civil.

Desobediência civil é uma forma particular de desobediência, na medida em que é executada com o fim imediato de mostrar publicamente a injustiça da lei e com o fim de induzir o legislador a mudá-la. Como tal é acompanhada por parte de quem a cumpre de justificativas com a pretensão de que seja considerada, não apenas como lícita, mas como obrigatória e seja tolerada pelas autoridades públicas diferentemente de quaisquer outras transgressões. Enquanto a desobediência comum é um ato que desintegra o ordenamento e deve ser impedida ou

eliminada a fim de que o ordenamento seja reintegrado em seu estado original, a desobediência civil é um ato que tem em mira, em última instância, mudar o ordenamento, sendo, no final das contas, mais um ato inovador do que destruidor [...] (BOBBIO, 1992. p. 335).

A proposta de Jesus de Nazaré é a divisão da riqueza. Jesus não é contra a riqueza como tal. Também não é contra a terra. É contra a concentração da terra nas mãos de poucos. Vale lembrar que a relação da propriedade de terra na Palestina nos tempos de Jesus era a situação do latifúndio, da concentração da propriedade da terra. Então sua proposta é a partilha:

[...] a terra, a principal fonte de sobrevivência para a população do Império, inclusive aquela da Palestina, era muito mal distribuída... Na Judéia e no Egito a situação da população rural “livre” era mais desfavorável que a dos escravos nas propriedades de senhores romanos (ROCHA, 2004. p 245).

Em consonância com o discurso político moderno, Jesus de Nazaré estava no processo de efetuar a revolução política que transformaria a ordem imperial romana na Palestina. O seu movimento político estava realizando a revolução social nas comunidades rurais da Galiléia (CROSSAN, 1994).

A revolução proposta por Jesus era um processo de longo prazo, amplo e profundo. Ela deveria ocorrer no interior das consciências, exteriorizando-se como transformação radical de toda a existência. Sua meta era realizar o Reino de Deus na Terra. Jesus formulou uma proposta de sociedade ao criticar o modelo predominante na Palestina do século I, quando a riqueza de uns poucos resultava da pobreza de muitos:

Isto é, o reino de Deus não é apenas o tema que abarca a declaração profética de Jesus sobre o julgamento contra os governantes romanos e os seus dependentes em Jerusalém, mas esse aspecto de julgamento do reino tinha uma contraparte construtiva de libertação, novas forças e renovação para o povo. No discurso político moderno, no aspecto de julgamento do Reino de Deus, Jesus proclamava que Deus estava no processo de efetuar a “revolução política” que transtornaria a ordem imperial romana na Palestina. Então, no aspecto construtivo, na confiança de que Deus estava cuidando da ordem política dominante, Jesus e o seu movimento estavam realizando a “revolução social” que Deus estava tornando possível e forte nas comunidades rurais da Galiléia [...] (HORSLEY, 2004. p. 109).

Este é o antigo sonho camponês de igualitarismo radical. O igualitarismo radical do Reino de Deus de Jesus é mais assustador que qualquer outra idéia. Colocando a visão e o programa de Jesus de volta na matriz de onde saíram, o antigo e universal

sonho camponês de um mundo justo e igual pode ser concretizado. (CROSSAN, 1995. p. 87)

Por meio de pregação objetiva e popular, contando parábolas e fazendo denúncias, Jesus tinha como projeto despertar a consciência do povo em relação à opressão. O império romano, percebendo a força de sua atuação políticorevolucionária, mandou crucificá-lo e iniciou um processo de perseguição aos seus seguidores.

Muitos movimentos de resistência tinham, na origem, um caráter meramente social, mas ganharam, depois, a dimensão religiosa messiânica. A crescente revolta judaica contra a ocupação romana foi, com frequência, atribuída ao sempre vivo espírito nacionalista judaico e à sua imorredoura fé na libertação messiânica, mas historicamente é condicionada e ocasionada pela inabilidade dos procuradores e até mesmo de alguns Imperadores.

A atuação de Jesus aconteceu em uma situação social, econômica, política, cultural e religiosa bem configurada. Ele não realizou a sua missão desconhecendo sua época, o que seria impensável para um judeu tão próximo do povo, assim como Jesus demonstrou durante toda a sua vida pública.

Douglas E. Oakman (1991), em estudo sobre as condições de vida dos camponeses palestinos da época de Jesus, mostra a violência brutal que sofriam. Fraudes, roubos, trabalhos forçados, endividamento, perda da terra através da manipulação das dívidas atingiam a muitos. Existia uma violência epidêmica na Palestina.

Jesus não convidava a uma revolução política, mas pregava uma revolução social perigosa (CROSSAN, 1995, p. 204). Jesus de Nazaré pretendia uma libertação plena. Tinha um projeto social amplo para atender a todas as pessoas. Contemplava o indivíduo, considerando-o como sujeito e, ao mesmo tempo, coletividade estabelecidas as regras mínimas de convivência, baseadas na caridade. Caridade que não se restringiu a dar coisas. Caridade como compartilhamento de sentimentos e de espaços físicos ou simbólicos, de um exercício de boa convivência, de respeito a si mesmo e ao próximo visto como igual.

A doutrina social de Jesus é, em sua essência, bastante simples, pois parte de princípios e valores que podem ser considerados universais, que visam ao bem-viver, daí assimiláveis pelos mais simples do povo, desde que altas autoridades não manipulem ou façam adaptações de seus ensinamentos como tem acontecido ao longo dos séculos.

Artigo recebido em: 02/08/2008
Aceito para publicação: 20/10/2008

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Gilson Xavier de. **A Judéia no Tempo de Jesus e Jesus na Judéia de seu Tempo**. TCC (Graduação em Teologia) - UNILOGOS, São Paulo: 2001. Disponível em: <http://www.paideia.ubbi.com.br/tccteologia.pdf>. Acesso: em 10 dez. 2006.

BÍBLIA Sagrada. Tradução de João Ferreira de Almeida. Revista e atualizada no Brasil. 2. ed. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1993.

BETTO, Frei. **Democracia e poder**. 2006. Disponível em: <http://www.adital.org.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=25792>. Acesso em: 28 dez. 2006.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. São Paulo: EDUNB. 1992. p. 335.

BOFF, Clodovis. **Fé e compromisso político: pastoral operária de S. Bernardo do Campo**. São Paulo: Paulinas, 1982. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/fe/igreja/clodovisboff.html> . Acesso em: 10 dez. 2006.

BOFF, Leonardo. **Jesus Cristo libertador**. Petrópolis: Vozes. 1972.

CROSSAN, Jean Dominic. **O Jesus Histórico**. Rio de Janeiro: Imago, 1994.

_____. **Jesus: uma biografia revolucionária**. Rio de Janeiro: Imago, 1995.

FERREIRA, Reuberson Rodrigues; CELESTE, Rodrigo Fávero. **Aspectos físicos e econômicos da Palestina no tempo de Jesus**. 2006. Disponível em: <http://www.abiblia.org/doc/53.pdf> Acessado em: 19 fev. 2007.

HOBBSAWM, Eric J. **Bandidos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.

HORSLEY, Richard A. **Jesus e o Império: o reino de Deus e a nova desordem mundial**. São Paulo: Paulus, 2004. 156 pp.

_____. **Arqueologia, história e sociedade na Galiléia: o contexto social de Jesus e dos Rabis**. São Paulo: Paulus, 2000.

HORSLEY, Richard A.; SILBERMAN, Neil Asher. **A mensagem e o Reino: como Jesus e Paulo deram início a uma revolução e transformaram o Mundo Antigo**. São Paulo: Loyola, 2000. v. 1.

LOHSE, Eduard. **O contexto e ambiente do Novo Testamento**. São Paulo: Paulinas, 2000.

MEIER, J. P. **Um judeu marginal: repensando o Jesus histórico**. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

MESTERS, Frei Carlos. Prática libertadora de Jesus. **Lanza**, n. 1, fev. 2005. Disponível em: <http://www.ocarm.org/justice&peace/A%20Pratica%20Libertadora%20de%20Jesus.doc> Acesso em: 25 dez. 2006.

MOTA, Myriam Becho; BRAICK, Patrícia Ramos. **História das cavernas ao terceiro milênio**. 1. ed. São Paulo: Moderna, 1997.

OAKMAN, D. E. The Countryside in Luke-Acts. In: NEYREY, J. H. (Ed.), **The social world of Luke-Acts: models of interpretation**. Peabody, Massachusetts: Hendrickson, 1991. p. 168.

ROCHA, Ivan Esperança. Dominadores e dominados na Palestina do I século. **História**, São Paulo, v. 23, n. 1-2, p. 239-258, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/his/v23n1-2/a12v2312.pdf> Acesso em: 25 ago. 2007.

ROPS, Daniel. **A vida quotidiana na palestina no tempo de Jesus**. Lisboa: Edição Livros do Brasil. 1963. p.10-11.

SILVA, Andréia Cristina L. Frazão da. **A palestina no século I d.C.** Disponível em: <http://www.ifcs.ufrj.br/~frazão/palestina.htm>. Acesso em: 20 fev. 2006.